

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**NOTA TÉCNICA Nº 58/2016**

1. **OBJETO:** Povoado de Gesteira
2. **MUNICÍPIO:** Barra Longa, Comarca de Ponte Nova
3. **OBJETIVO:** Análise do valor cultural
4. **BREVE HISTÓRICO DE GESTEIRA:**

O distrito de Gesteira pertence ao município de Barra Longa, Comarca de Ponte Nova. Desta forma, considera-se oportuno discorrer sobre a formação do município de Barra Longa. Está localizado na região da Zona da Mata. Apresenta uma topografia formada por regiões montanhosas, com clima quente e úmido. Faz limite com Dom Silvério, Alvinópolis, Mariana, Acaiaca, Ponte Nova e Rio Doce. De acordo com o que se depreende do sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>1</sup>, a colonização do território denominado como “Mata de Ponte Nova” se deu em data próxima a incursão dos primeiros exploradores em território mineiro, melhor dizendo, em terras que se inserem nos limites que atualmente conformam o estado de Minas Gerais. Naquele contexto, os núcleos de povoação, constituídos por colonizadores anteriormente fixados na Região do Carmo e Ribeirão do Ouro Preto, estavam estabelecidos.

A partir de então se formaram pequenos núcleos de povoação naquele território. Nessa época, o Coronel Matias Barbosa da Silva, poderoso em armas e senhor de muitos escravos, lançou nos domínios territoriais do atual município de Barra Longa várias posses, legalizadas anos depois por cartas de sesmarias. Na principal destas posses ele fundou o pequeno arraial de Barra de Matias Barbosa, mandando erigir, na outra margem do rio Gualacho, uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, em torno da qual desenvolveu o povoado.

Depreende-se do histórico do município, apresentado no Dossiê de Tombamento do Conjunto Arquitetônico da Fazenda Nossa Senhora da Conceição das Corvinas, tombada pelo Decreto nº 117 de 01 de março de 2005, que o Coronel Matias Barbosa da Silva é considerado importante personagem da história de Barra Longa. Isso se deve ao fato de que foi responsável pela fundação do povoado dando ao local o seu nome, Barra de Matias Barbosa, consoante se afirmou. Posteriormente houve a substituição desse nome para São José de Barra Longa. Tratava-se de homem abastado, portanto.

A Fazenda, denominada de Barra do Gualacho<sup>2</sup> do Norte, construída entre 1701-1714, estava inserida entre as posses do coronel. Localizava-se entre os rios Gualacho do Norte e Carmo. Extrai-se do Dossiê de tombamento do Conjunto Paisagístico Encontro dos Rios do Carmo e Gualaxo do Norte, tombado pelo Decreto de nº 158, de 01 de março de 2007, que a Fazenda possuía uma estrutura grandiosa. Em 1744, por ocasião da morte de D. Luísa de Souza Oliveira, viúva de Matias Barbosa, foi doado um grande terreno para o patrimônio da paróquia, no qual foi construída, em 1748, por iniciativa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, uma igreja consagrada a São José. Esta se tornou a nova Matriz do povoado, tendo nela trabalhado José Pereira de Arouca e Francisco Vieira Servas. Foi edificada em porção de terra que se

<sup>1</sup> Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=310570> acesso em setembro de 2016.

<sup>2</sup> Encontra-se a grafia Gualacho e Gualaxo. A primeira opção é usada nas fontes históricas sobre a constituição do município de Barra Longa. A grafia recente contempla o uso da consoante “X”.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

localiza na atual sede do município e, por tal razão, a Capela de Nossa Senhora do Rosário deixou de exercer sua condição de Matriz, fato que culminou em sua demolição, pelos proprietários da Fazenda da Barra, ainda em meados do século XVIII.

Essa propriedade ficou conhecida como “Casa dos Fidalgos”, devido ao casamento de uma das netas de Barbosa da Silva com um nobre. Foi herdada pelo bisneto de Matias Barbosa - o primeiro Conde de Linhares. Tratava-se de D. Rodrigo Domingos Antônio e Souza Coutinho. Assim, a sede da Fazenda permaneceu como propriedade da nobre família. Segundo se depreende de documentação de responsabilidade do município, a Fazenda era composta por um vasto território e por um significativo casarão. A partir da realização de levantamentos, para a elaboração deste histórico, tomou-se conhecimento que a Fazenda foi destruída, ainda no século XIX<sup>3</sup>.

**A partir deste breve levantamento conclui-se que a origem do atual município se deu em uma porção de terra inserida em território atualmente denominado como área rural.**



Figura 1 – Foto antiga da Igreja Matriz de São José, edificada em Barra Longa, s/d.

Fonte: <http://www.citybrazil.com.br/mg/barralonga/galeria-de-fotos/4> acesso em setembro de 2016.

Em histórico apresentado pelo município ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, lê-se que, em um primeiro momento, a intensa atividade mineradora teve como consequência o desinteresse pelo cultivo das terras. Essa situação provocou a dispersão de alguns grupos. Entretanto, mesmo com a presença de grupos indígenas hostis, nas margens dos rios Gualacho e Carmo como, por exemplo, os Botocudos e os Acaiacas, novos pontos de povoação foram se constituindo. A este respeito extrai-se do domínio virtual do IBGE que a fertilidade das terras, próprias para a agricultura, e a exploração do ouro de aluvião

<sup>3</sup> Disponível em: <http://ouopreto.com.br/secao/artigo/a-veneracao-a-sao-jose-na-cidade-de-barra-longa-1> acesso em setembro de 2016.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

foram fatores determinantes para a fixação dos primeiros habitantes e para o desenvolvimento do povoado. Atual cidade de Barra Longa.



Figura 2- Na página anterior, mapa do município de Ponte Nova, datado de 1927.

Fonte: <http://www.albumchorographico1927.com.br/indice-1927/ponte-nova> acesso em setembro de 2016.

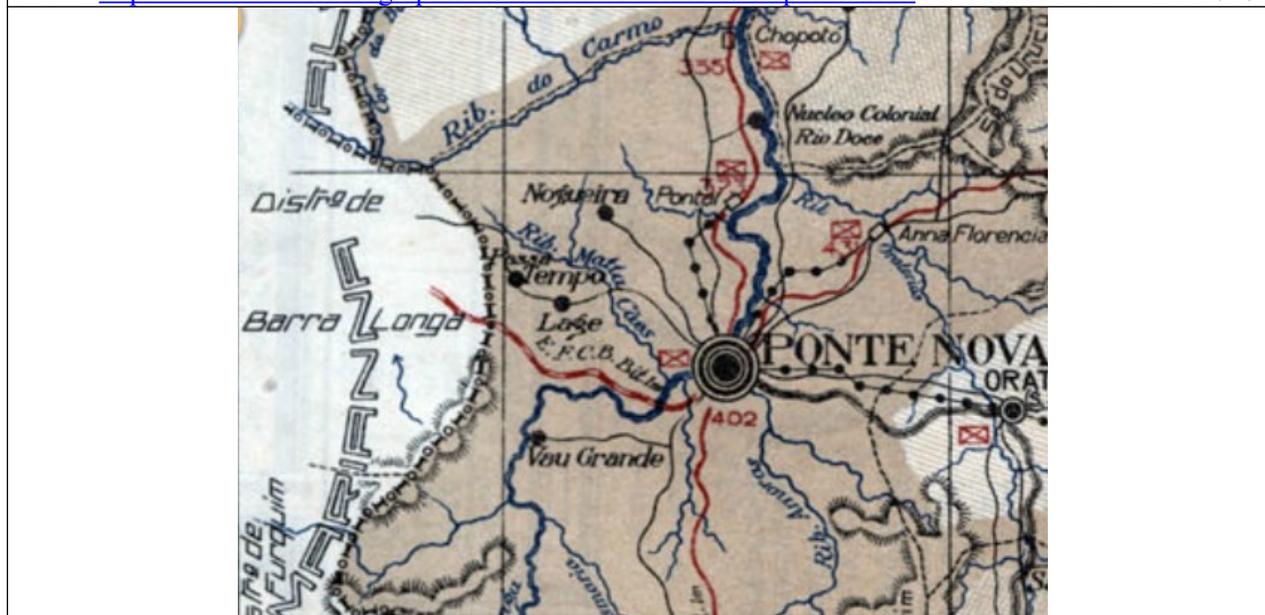


Figura 3 – Verifica-se - à esquerda na figura, próximo à sinalização da sede do município de Ponte Nova - a evidência de Barra Longa. Nota-se que o atual município configurava-se, naquele contexto de 1927, como Distrito de Ponte Nova.



### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

No que diz respeito ao topônimo do município de Barra Longa tem-se que é proveniente da confluência (barra) dos rios do Carmo e Gualaxo do Norte, que nascem nas serranias de Ouro Preto. Estes se fundem a pouco mais de 1 km a oeste de Barra Longa, sugerindo por este motivo a toponímia.

Quanto à “Formação Administrativa” cabe fazer algumas considerações. O Distrito foi criado com a denominação de Barra Longa no século XVIII. Segundo se extrai de documentação, apresentada pelo município, o distrito foi elevado à categoria de Vila pela Lei nº 202 de 1º de abril de 1841. A partir da Lei Provincial nº 827, 11 de julho de 1857, Barra Longa passou a ser distrito de Ponte Nova. E em razão da Lei Provincial nº 1744, de 18 de outubro de 1870, Barra Longa volta a integrar a cidade de Mariana.

Em divisão administrativa, referente ao ano de 1911, o distrito de Barra Longa figura no município de Mariana. Assim permaneceu até a década de 1920. Pela lei estadual nº 843, de 07 de setembro de 1923, o distrito de Barra Longa deixa de pertencer ao município de Mariana, sendo anexado ao município de Ponte Nova (figuras 2 e 3). Em divisão administrativa, referente ao ano de 1933, o distrito de Barra Longa consta como integrante do município de Ponte Nova. Assim permaneceu até o ano de 1937. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Barra Longa, pela lei estadual nº 148 de 17 de dezembro de 1938, tendo sido desmembrado de Ponte Nova e constituído sede no antigo distrito de Barra Longa. Assim permaneceu até a década de 1960.

A partir de dados obtidos junto ao IEPHA tomou-se conhecimento que **70% da população mora nas áreas rurais, distribuídas em seus 387,2 quilômetros quadrados**. Assim, as atividades econômicas predominantes são a pecuária leiteira e a agricultura. Foi dito que o milho é o produto mais significativo, mas também existem os produtos destinados ao consumo interno que são: cana de açúcar, feijão e gado leiteiro. As atividades produtivas são a fabricação de aguardente, queijos e outros. O artesanato de Barra Longa também foi apresentado como outra fonte de renda. Argumentou-se que as bordadeiras são consideradas "mãos de fadas", pois tecem com muita paciência, tendo o seu trabalho final descrito como belo.

Por fim, argumentou-se, que Barra Longa é a "Terra dos Músicos". Afirmou-se, ainda, que oferece várias atrações turísticas. Foram elencados, pelo próprio município, como atrativos culturais os seguintes bens: **fazendas do século XVIII**, existentes nas áreas rurais, alambiques da aguardente Yara na Fazenda Jurumirim, Igreja Matriz de São José, Capela de Nossa Senhora do Rosário, Capela do Dobra, Exposições de bordados e o Centro de Memória "Cônego Raimundo Trindade". Como atrativos naturais foram citados: **Rio do Carmo, Rio Gualaxo, Cachoeira Jurumirim, Cachoeira do Santo Antônio, Trilhas e a Gruta de São Gonçalo**.

O Distrito de Gesteira encontra-se inserido na denominada área rural do município. Consoante se verificou, a povoação de São José da Barra, atual cidade de Barra Longa, não se iniciou no local onde atualmente se encontra a sede, mas na área não urbanizada. Para além, cabe afirmar que uma grande porcentagem da população se encontra na área rural, perímetro de grande significância cultural para o município. Isso se deve tanto ao fato de que a origem do município ocorreu nessa área, quanto à presença de inúmeras fazendas e **bens culturais** naturais, tais como rios, cachoeiras e vestígios arqueológicos.

A fim de obter informações acerca da constituição desse Distrito, realizou-se pesquisa nos documentos digitalizados do Instituto de Investigação Científica Tropical - Arquivo Histórico

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Ultramarino. Assim, localizou-se requerimento de João Gonçalves Gesteira<sup>4</sup>, solicitando ao Rei a mercê de lhe confirmar a doação, em sesmaria, de meia légua de terra<sup>5</sup>.

Em continuidade à leitura do documento destacam-se os seguintes trechos:

“Diz João Gonçalves Gesteira que o Governador das Minas Martinho de Mendonça Proença lhe mandou dar em nome de V. Mag<sup>e</sup> a Cesmaria que consta da Carta e confrontações da mesma [...]”

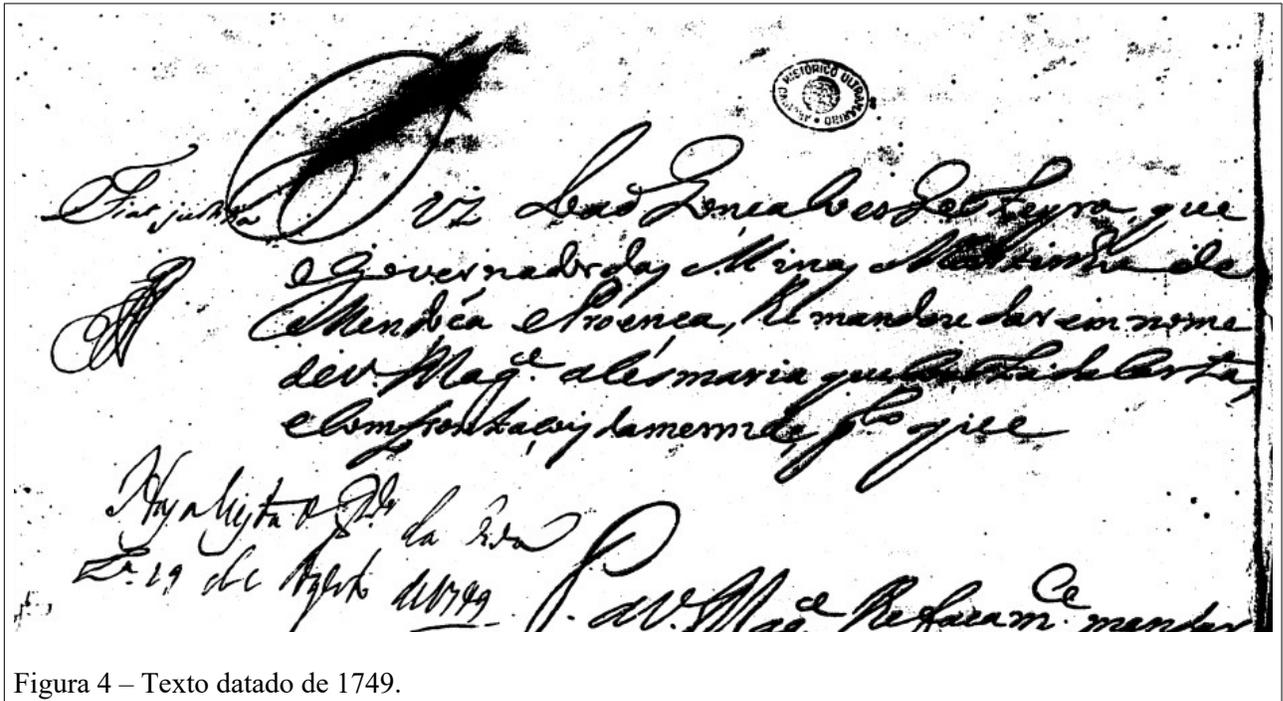


Figura 4 – Texto datado de 1749.

“A João Gonçalves Gesteira se há de passar carta de confirmação de Cesmaria de meya legoa de terra em quadra junto ao Rio dos Gualachos na Capitania das Minas e pagar o novo direito que dever se lo deste bilhete. Lisboa 6 Março 1752”.

<sup>4</sup> A partir das pesquisas realizadas tomou-se conhecimento que o sobrenome “Gesteira” está presente na região desde o século XVII. Segundo Francisco de Assis Carvalho Franco, Antônio Gesteira foi um “[...] sertanista que figurou nos primeiros descobrimentos de ouro nas Minas Gerais e que em fins do século XVII se fixou nas minas do Gualacho do Sul”. Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI, XVII, XVIII. Belo Horizonte: Itatiaia. 1989. p. 183.

<sup>5</sup> Caixa: 53/ doc: 81/ código 4662/ emissão ano: A749/ mês: 8/ dia: 7.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

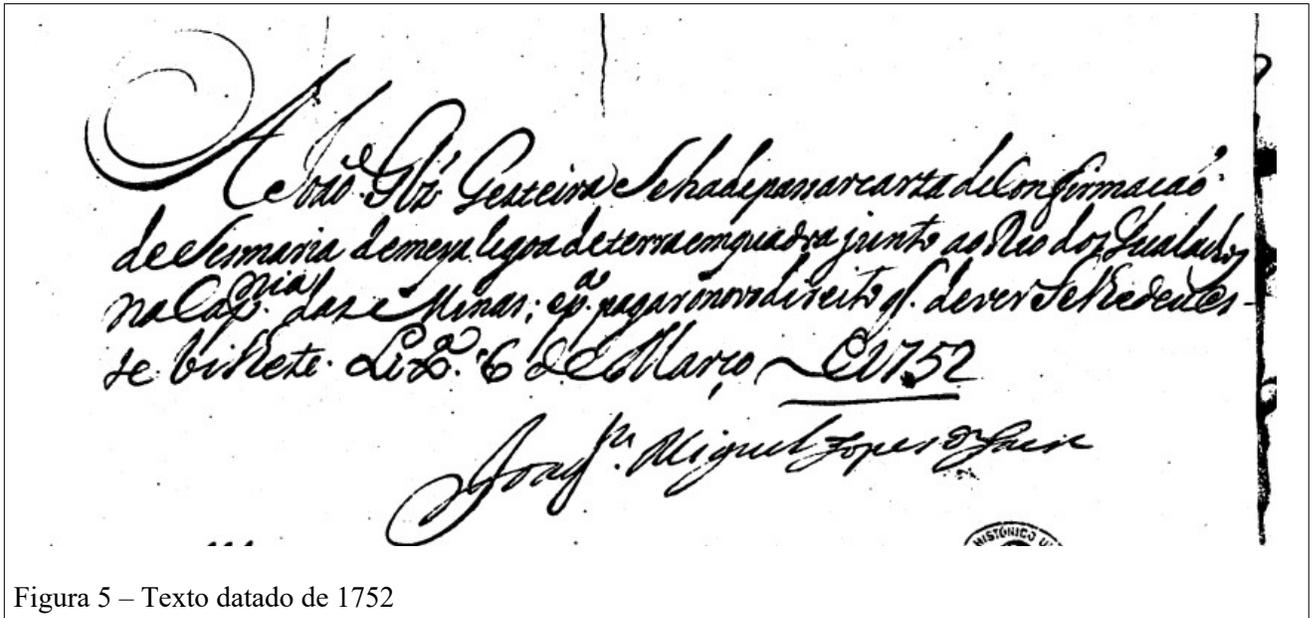


Figura 5 – Texto datado de 1752

E, ainda, que o documento tinha por finalidade "[...] dar posse das terras conteadas nesta Carta de Casmaria ao cesmeiro João Gonçalves Gesteira morador da Freguesia de São José da Barra [...]"

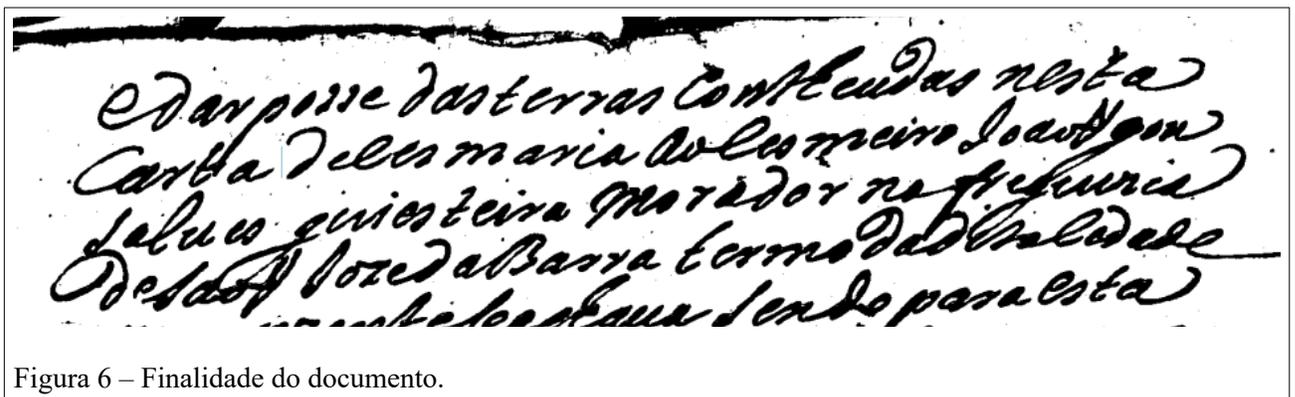


Figura 6 – Finalidade do documento.

A partir destas transcrições pode-se analisar alguns aspectos. Primeiramente, a confirmação de posse foi solicitada pelo sesmeiro João Gonçalves Gesteira. Esse dado é muito relevante para a presente pesquisa. Isso se deve ao fato de que o sobrenome do sesmeiro é o mesmo do Distrito. Em segundo, depreende de texto, datado de 1752, de que a confirmação de posse de Sesmaria era referente a uma porção de terras próximas ao Rio Gualacho. Por consequência, embora seja dado conhecimento de que se trata de área próxima ao curso do rio não é possível, até este ponto, identificar em qual local, mais especificamente, estas terras estavam inseridas. Sabe-se que o rio Gualaxo está dividido em Norte e Sul. Entretanto, ao se ler, no último trecho transcrito, que o solicitante era morador da Freguesia de São José da Barra, conclui-se se tratar do Gualaxo do Norte, pois é este que banha a região.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Trata-se, portanto, de um Gesteira solicitando posse de terras que se encontram próximas ao rio Gualacho do Norte, na Freguesia de São José da Barra, ou seja, nos domínios territoriais do atual município de Barra Longa.

Poderá se verificar, na figura 6, a vista aérea (trecho) da localidade de Gesteira. Tem-se como referência, nesta imagem, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, a sua frente verifica-se curso do rio Gualaxo do Norte. Diante do exposto, as informações obtidas em consonância aos dados, inalterados na atualidade (nome do Distrito e localização), permitem que se avenge sobre a possibilidade de João Gonçalves Gesteira ser o fundador do atual Distrito e da citada Sesmaria se referir a atual localidade.



Figura 7 – Localização de Gesteira de baixo. Fonte: googlemaps acesso em setembro de 2016.

Localizou-se a transcrição da solicitação de Carta de Sesmaria de João Gonçalves Gesteira<sup>6</sup>, datada de 25 de fevereiro de 1737. Este documento antecede ao apresentado no presente trabalho. Entretanto, optou-se por destacar a concessão de posse. Isso se deve ao fato de que apresenta mais detalhamento de informações, bem como a assinatura do referido sesmeiro. Ao que se segue:

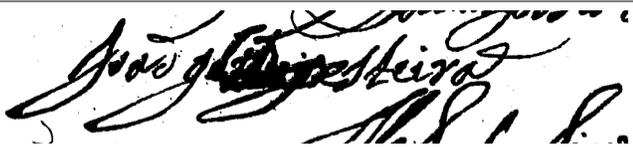


Figura 8 – Assinatura de João Gonçalves Gesteira.

<sup>6</sup> Cartas de Sesmaria. in: Revista do Arquivo Público Mineiro - APM. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1899. p 892/893/894. Visualização *on line* pelo domínio virtual do APM, páginas 47/48/49.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Em busca de ainda outras informações históricas, acerca de Gesteira, localizou-se documento datado do ano de 1800. Trata-se de confirmação de requerimento. A transcrição é a que se segue:

Diz Joaquim José Fernandes que pela Patente incluza [?] consta que elle se acha provido no Posto de Capitam da Companhia da Ordenança novamente criada e estabelecida no distrito de Nossa Senhora da Conceição do Gualacho do Norte da Freguesia de Furquim do termo da Cidade de Marianna e porque precisa que [...] o confirme no mesmo posto [...]<sup>7</sup>.

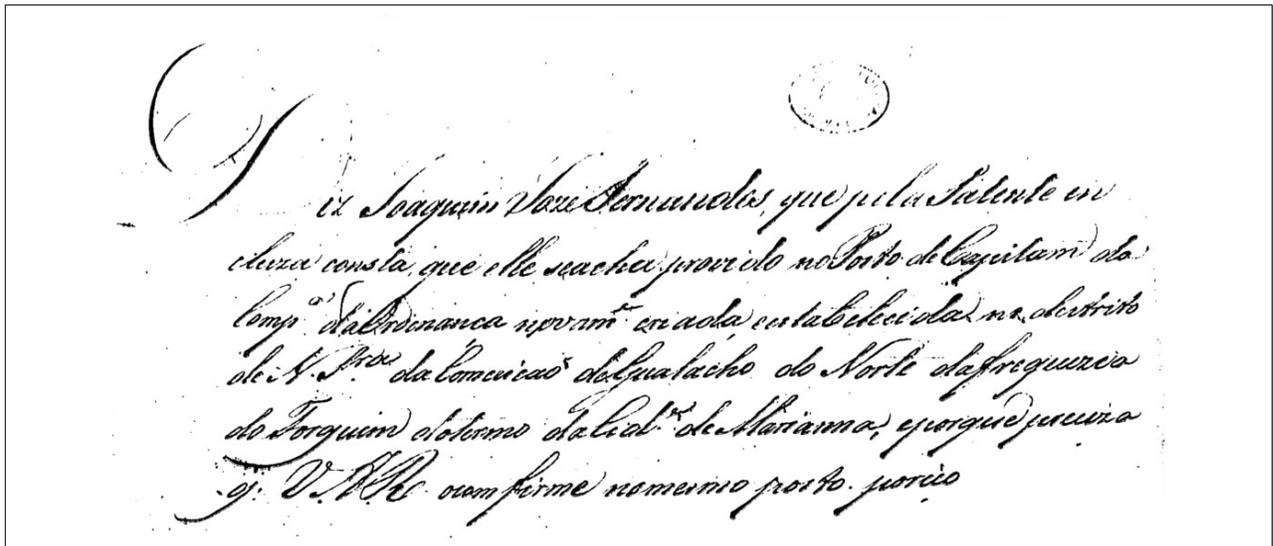


Figura 9 - Confirmação de requerimento que solicita a ordenação para o posto de Capitão.

Nota-se que o dito “capitão” cita um distrito de nome de Nossa Senhora da Conceição do Gualacho do Norte, em Mariana. Conforme foi dito, anteriormente, o Gualaxo do Norte percorre a região de Barra Longa, o que inclui Gesteira. Anterior ao ano de 1857, Barra Longa estava territorialmente vinculada à Mariana e não à Ponte Nova. Dessa forma, levanta-se a possibilidade de o distrito mencionado ser Gesteira. Vinculado a este fato, tem-se que, em 30 de julho de 1802, o Bispo de Mariana, Dom Frei Cypriano de São José, visitou a Freguesia e São José da Barra Longa e registrou a existência de uma ermida do Guarda-Mor Luis Gonçalves Gesteira<sup>8</sup>. Ao que tudo indica, edificada no Distrito de Gesteira e, provavelmente, sob o orago de Nossa Senhora da Conceição.

Importante recordar que a atual capela existente na localidade, de arquitetura contemporânea, é consagrada a Nossa Senhora da Conceição. Assim é plausível afirmar sobre a existência de um templo mais incipiente, de arquitetura colonial, que se perdeu no tempo. Provavelmente, o primeiro nome da localidade em que João Gonçalves Gesteira estabeleceu suas posses não foi o

<sup>7</sup> Caixa 161/ doc 1 / Emissão: ano A802/ mês 1 / dia: 8 / código 12190. Documento extraído do Projeto Resgate, CD 48, pasta 147, subpasta pasta 001, folhas 17-20.

<sup>8</sup> RODRIGUES, Monsenhor Flávio Carneiro. As visitas pastorais de Dom Frei Cypriano de São José. 5º. Bispo de Mariana. In: Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico de Mariana. V. 6. 2010. p. 85.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

seu sobrenome, mas o da santa protetora. Nomenclatura modificada posteriormente, quem sabe, a título de homenagem ao seu fundador.

Acerca de dados mais recentes, tem-se que, em 1979, açoitados por uma enchente do rio, os habitantes de Gesteira passaram a ocupar a parte alta da região. O rio vazou do seu leito sobre a localidade, atingindo também a Capela. Após este episódio fixaram-se em terras doadas, a título de caridade, por um fazendeiro da região. Gesteira, assim, foi dividida em duas: a velha, a de baixo, onde se situa a Capela, e a nova, a de cima.



Figura 10 – Estão assinaladas, na figura, as duas referências em Gesteira. A chamada “Gesteira de Baixo” está indicada com a seta de cor vermelha. A “Gesteira de Cima”, por sua vez, está indicada com a seta azul. Fonte: *googlemaps* acesso em setembro de 2016.

#### 4. LEVANTAMENTO:

Em análise ao Inventário do Patrimônio Cultural do município de Barra Longa, encaminhado ao Iepha para fins de pontuação no ICMS Cultural, constatou-se que foram inventariados diversos imóveis localizados no distrito de Gesteira, entre eles muitas fazendas, algumas dos séculos XVIII e XIX.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

	EAU-87	Capela Nossa Senhora da Conceição Povoado: Gesteira	2004
	EAU-88	Fazenda Nossa Senhora da Conceição Povoado: Gesteira	2004
	EAU-89	Fazenda da Gesteira Povoado: Gesteira	2004
	EAU-90	Fazenda Esperança Povoado: Gesteira	2004
	EAU-91	Fazenda Bela Vista Povoado: Gesteira	2004
	EAU-92	Fazenda Monte Alegre Povoado: Gesteira	2004
	EAU-93	Fazenda do Ocidente Povoado: Gesteira	2004
	EAU-94	Fazenda Almecega Povoado: Gesteira	2004
	EAU-95	Fazenda do Congo Povoado: Gesteira	2004



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

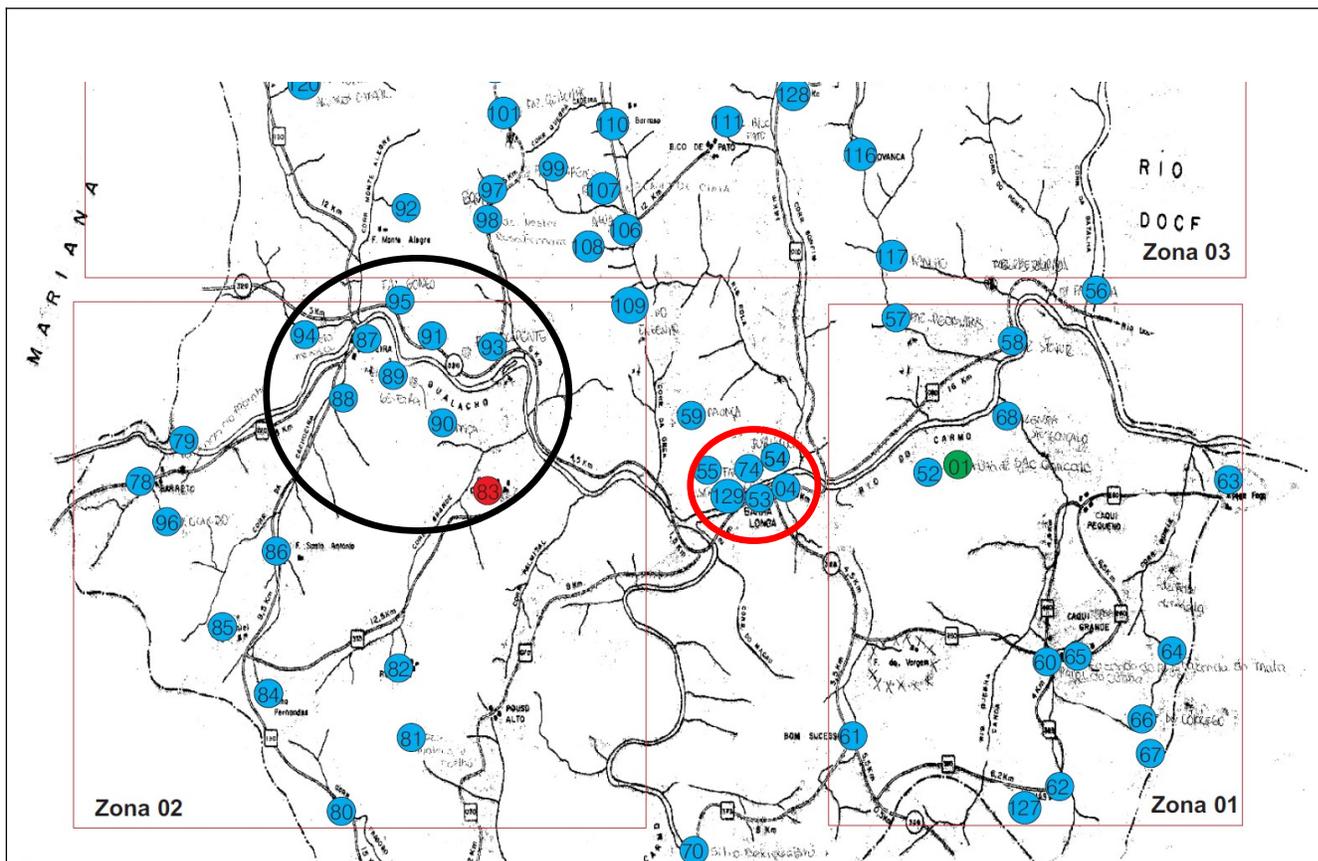


Figura 11 – Mapa dos bens inventariados de Barra Longa. Em destaque (elipse vermelha) o distrito sede de Barra Longa e (elipse preta) os bens inventariados de Gesteira.

O Conjunto arquitetônico da Fazenda das Corvinas (edificações da sede - casa grande, engenho, garagem, caixa d'água, paiol, curral, terreiro de café, usina, escola, engenho de pedra e duas casas de colono), com área aproximada de 2 (dois) hectares, destacado no mapa acima em vermelho, número 83, foi tombado pelo município, conforme se informou anteriormente.

Nos setecentos, a produção de alimentos e de animais era primordial à atividade mineradora. Sendo assim, surgiram inúmeras fazendas, que foram, inclusive, grandes responsáveis pela manutenção da economia mineira após o esgotamento do ouro. A proximidade da água foi fundamental para a implantação das fazendas mineiras dos séculos XVIII e XIX, além da qualidade da terra, topografia, insolação e presença de caminhos, que garantiam acessos e escoamento da produção. A água era importante para consumo, preparo dos alimentos e mineração; era força motriz de monjolos, moinhos, engenhos; trazida em canais, que a desviavam do leito natural, irrigava hortas e pomares, abastecia cozinha e, depois de utilizada, ainda servia de esgoto.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Consoante se verifica, a região possui um número significativo de fazendas de criação e produtoras de viveres. Ao se encontrarem distante do núcleo urbano do município de Barra Longa e de outros municípios apresentou-se uma necessidade a construção de uma estação ferroviária para escoamento da produção. Neste aspecto tem-se a Estação de Crasto.

De acordo com informações extraídas do *site* “Estações Ferroviárias”<sup>9</sup>, o ramal de Ponte Nova foi construído em 1887 e 1888 para, a partir da estação de Burnier, atingir Ouro Preto, então capital da Província, de forma que ela se ligasse com o Rio de Janeiro por via férrea. Somente mais tarde, entre 1914 e 1926, é que foi construído o trecho que chegaria até Ponte Nova. Até 1980 ainda havia trens mistos percorrendo o ramal. Atualmente o ramal da Ponte Nova está desativado, tanto para passageiros como para cargas. A Estação de Crasto foi inaugurada em 1929.

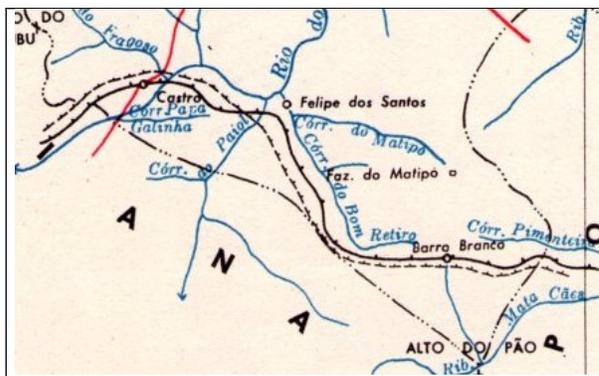


Figura 12 - Mapa dos anos 1950 mostra a linha passando pelo extremo sul do município de Barra Longa, com as três estações: Crasto, Felipe dos Santos e Cônego Luiz Vieira. Fonte: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_pontenova/crasto.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/crasto.htm) acesso em 2016.

Figura 13 - A estação em 08/2007. A estação encontra-se abandonada e em arruinamento. Foto Eduardo de Lanna Malta. Fonte: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_pontenova/crasto.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/crasto.htm) acesso em 2016.

Ao permitir o escoamento da produção daquela extensa e montanhosa região até Ponte Nova e daí para o Rio de Janeiro, pela linha da Leopoldina, a Estação do Crasto se firmou como de grande importância para o comércio exterior do Brasil. A exemplo a Fazenda das Corvinas consagrou-se como grande produtora de café. No auge de sua produção chegou a exportar 3.000 sacas de café por ano, que iam de carros-de-bois até a Estação, distante 14 km. **Mais uma vez tem-se destacada a importâncias das fazendas ali existentes.** Neste sentido, destaca-se o relevante trecho extraído do Dossiê de tombamento da Fazenda das Corvinas:

As fazendas existentes em Barra Longa sempre foram importantes referências devido à [...] atividade rural para o povoado, desde a criação de gado até a

<sup>9</sup> Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_pontenova/crasto.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/crasto.htm) acesso em 14 de fevereiro de 2014.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

produção de café. Segundo documentos locais, algumas fazendas já possuíam energia elétrica, antes mesmo da sede urbana, viabilizada pelos rios que passavam dentro de suas terras<sup>10</sup>.

A maior parte das fazendas possui o sistema construtivo tradicional em gaiola de madeira, vedações em pau a pique ou adobe e coberturas em telhas coloniais tipo capa e bica. Apresentavam varandas ou alpendres frontais que, além fazerem a transição entre áreas social e íntima, representavam um importante elemento de composição de fachada, suavizando a volumetria compacta.

### 5. DIAGNÓSTICO:

Com o rompimento da Barragem de rejeitos da Samarco, ocorrido em 05 de novembro de 2015, toda a parte baixa do Distrito, onde se inseria a Capela de Nossa Senhora da Conceição, foi atingida, assim como várias fazendas localizadas nas margens do Rio Gualaxo.

Os danos foram generalizados nas edificações e na infraestrutura instalada na rua Tomás de Aquino Cota, comprometendo as edificações, o arruamento, espaços públicos e as redes de abastecimento de água, luz e esgoto.



Figura 14 – Edificações atingidas nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.



Figura 15 – Edificações atingidas nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

<sup>10</sup> Este trecho encontra-se na página de número 10 (dez) do Dossiê de Tombamento da Fazenda das Corvinas. Documento consultado na Gerência de Documentação e Informação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG.

## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 16 – Vista geral da parte baixa do distrito de Gesteira. Em destaque a capela de Nossa Senhora da Conceição.

Este Setor Técnico conseguiu levantar alguns bens culturais protegidos por inventário ou tombamento que foram atingidos, através de visita ao local e relatos de moradores da região.

### 5.1 - Capela Nossa Senhora da Conceição de Gesteira

A Capela de Nossa Senhora da Conceição foi inaugurada em 1891 pelo Vigário Martinho Horta Buselin e, no entorno dela, originou-se e desenvolveu-se o povoado. Pondera-se, no entanto, que esta possa ser a data de reforma da construção. Isso se deve ao fato de que foram obtidas informações históricas, a partir das quais é possível se aventar que, já no início do século XIX, a capela se encontrava em funcionamento. Consta que ela foi substituída pela atual edificação no início do século XX e que foi erigida a 0,5 quilômetros abaixo das ruínas da antiga capela.

Implantava-se em local plano, arborizado, circundada por gramado. Na lateral direita situava-se a casa paroquial.

De partido retangular e volumetria de um pavimento, apresenta recuo frontal encimado pela torre sineira central, que cobre a entrada da Capela. O sistema construtivo é alvenaria de tijolos sobre embasamento de pedras e argamassa, com alvenarias rebocadas e pintadas. A cobertura desenvolve-se em duas águas e as vedações são em telhas francesas.

Internamente possuía altar e coro, ambos em madeira. Os revestimentos de piso eram em ladrilhos hidráulicos e cimento bruto e queimado.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Em reconhecimento do seu valor cultural, o imóvel foi inventariado pelo município de Barra Longa no ano de 2004 – ficha EAU 87.



O imóvel foi diretamente atingido pela lama de rejeitos de mineração que chegou a uma altura aproximada de 3 metros. O nível da lama já abaixou, entretanto esta ainda se faz presente no entorno e no interior da edificação.

Percebemos que as esquadrias permanecem no imóvel, mas apresentam danos. As alvenarias apresentam trincas e fissuras e há trechos com descolamento de reboco.

A casa paroquial foi totalmente submersa pela lama de rejeitos. A cobertura foi arrancada e parte das alvenarias arruinou-se.

Logo após o rompimento da barragem, alguns bens móveis integrantes do acervo da igreja foram recuperados pela comunidade: Imagem de Nossa Senhora da Conceição século XVIII, São José de Botas e São Luiz.

Algumas peças em gesso foram resgatadas pela Polícia Militar e acondicionadas na Matriz de Barra Longa: Menino Jesus de Praga (falta mão direita), São João Batista (falta braço direito), 2 (duas) unidades do Sagrado Coração de Jesus (em uma delas falta a mão esquerda), São Sebastião (falta mão direita e braço esquerdo), Nossa Senhora Aparecida, Santa Bárbara, Santo Antônio.

Segundo relato de moradores permanece no local o Santíssimo e uma grande imagem não identificada.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 19 e 20 – Imagens aéreas da edificação, após a ocorrência do rompimento da barragem de rejeitos de mineração.



Figuras 21 e 22 - Imagens internas do local após a ocorrência do rompimento da barragem de rejeitos de mineração.



Figuras 23 e 24 – Registros fotográficos do templo religioso, aproximados, feitos em maio de 2016.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 25 a 28 - Registros fotográficos do templo religioso, aproximados, feitos em maio de 2016. Nota-se os danos causados à edificação externamente.

**5.2- Fazenda do Congo – inventariada pelo município em 2004. Ficha EAU 95**

Seu terreno e benfeitorias foram atingidos pela lama após o rompimento da barragem de rejeitos.



Figura 29 – Registro fotográfico da sede da Fazenda. Fonte: Ficha de Inventário – IPAC municipal.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**5.3 - Fazenda Nossa Senhora da Conceição – inventariada pelo município em 2004.  
Ficha EAU 88**

Suas benfeitorias (curral, paiol, pasto) foram atingidas pela lama de rejeitos após o rompimento da barragem.



Figura 30 – Registro fotográfico da sede da Fazenda.  
Fonte: Ficha de Inventário – IPAC municipal.



Figura 31 – Registro fotográfico da Fazenda, realizado durante vistoria empreendida em maio de 2016.



Figura 32 – Registro fotográfico aéreo, feito em novembro de 2015. Nota-se o impacto do avanço da lama de rejeitos na propriedade.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

**5.4 - Conjunto da Fazenda Nossa Senhora da Conceição das Corvinas – povoado Rocinha – Ficha EAU 83**

Conjunto arquitetônico da Fazenda das Corvinas (edificações da sede - casa grande, engenho, garagem, caixa d'água, paiol, curral, terreiro de café, usina, escola, engenho de pedra e duas casas de colono), com área aproximada de 2 (dois) hectares, destacado no mapa acima em vermelho, número 83, foi tombado pelo município através do Decreto nº 117/2005.

Suas benfeitorias foram atingidas pela lama após o rompimento da barragem de rejeitos.



Figura 33 – Título: Fazenda em Barra Longa, s/d.

Fonte: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico\\_docs/photo.php?lid=34932](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=34932)



Figura 34 - Fazenda das Corvinas, em agosto de 2007, próxima à estação do Crasto.

Fonte: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb\\_mg\\_pontenova/crasto.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_mg_pontenova/crasto.htm)



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 35 - Impacto do rompimento da barragem no entorno da Fazenda das Corvinas.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.192/6095> acesso em setembro de 2016.



Figura 36 – Impacto do rompimento da barragem no entorno da Fazenda das Corvinas, vista aérea.

Fonte: *google maps*



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

### 6 – ANÁLISE TÉCNICA

Acervos culturais como são as igrejas, por exemplo, costumam ser heterogêneos. Normalmente são compostos pelos seguintes suportes: madeira (esculturas/elementos integrados, estrutura do imóvel), papel (missais, livros do tombo, de registro, partituras, entre outros), metal (elementos litúrgicos de uma forma geral: cálice, castiçal, custódia, naveta, turíbulo, cruzeiros e crucifixo, entre outros), tecido (vestes de esculturas de roca, paramentos litúrgicos, entre outros), cerâmica e vidro (materiais dos vasos de flores que normalmente ornaram os retábulos), pedra (na estrutura do imóvel). Trata-se de uma variedade significativa.

Cada uma destas tipologias de materiais está sujeita a ação de diversos agentes de deterioração: agentes físicos (luz, temperatura, água, umidade), químicos (poluentes e particulados), biológicos (microrganismos, insetos, pombos, morcegos, roedores, entre outros) e mecânicos (vandalismo, danos por contato: impacto, choque, vibração, pressão, abrasão). Conforme se observa, a integridade dos materiais está relacionada a diversos fatores.

**Na Igreja de Nossa Senhora da Conceição e em outros bens significativos como, por exemplo, as Fazendas, existentes no Distrito de Gesteira, estavam presentes toda a variedade de materiais descrita. O rompimento da Barragem impactou negativamente todo esse acervo com a lama de rejeito de minério e ainda o impacta. Isso se deve ao fato de que uma quantidade significativa de bens ainda está sob esta lama, absolutamente sujeitos às variações de estado físico dessa “massa” - amolecimento e enrijecimento – devido às variações climáticas, e também ao fato de que, até mesmo, as peças resgatadas ainda se encontram impregnadas desse material.**

Assim, pode-se dizer que o agente causador do primeiro dano foi a **água**, sendo considerado o agravante de estar misturada a rejeito de minério e terra. Após o dano, toda a sorte de materiais existentes nos bens culturais (cuja tipologia pode ser comprovada por fotografias, por registros documentais e no trabalho de campo dos arqueólogos) foram abruptamente expostas, em situação muito fragilizada, a demais agentes de deterioração como, **luz, temperatura, umidade e microrganismos**, principalmente. A ação dos microrganismos, ressalta-se, está intimamente relacionada à presença de água e de umidade e temperaturas inadequadas.

Inicialmente sobre a água, cabe dizer que se trata de um agente impactante para todas as tipologias de materiais, causando **danos de proporções consideráveis**. Pode causar a destruição total de suportes de papel, a oxidação de metal, o abrasionamento da madeira, entre outros danos, assim como se apresenta como um dos maiores problemas dos materiais pétreos. Isso se deve ao fato de que a água entra em contato com estes materiais por capilaridade, percorrendo todo o material, entrando e saindo deste.

De acordo como esclarecido pelo químico João Cura D’Ars de Figueiredo Júnior<sup>11</sup> o decaimento salino é um dos mais sérios fenômenos de deterioração que acontece com os bens pétreos. Sais podem entrar em sua estrutura como soluções por capilaridade. As chamadas soluções salinas entram neste material de forma supersaturada. Após a evaporação da parte líquida da mistura ocorre a cristalização dos sais. Cada cristal formado, considerando que não se

<sup>11</sup> FIGUEIREDO JÚNIOR, João Cura D’Ars de. Química aplicada à conservação e restauração de bens culturais: uma introdução. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2012, p. 142 e 143.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

trata de apenas um, ocupa um volume muito maior do que quando entrou, causando uma enorme pressão na estrutura interna da pedra. **Essa pressão é suficiente para causar quebras internas, ocasionando perda de coesão, através da formação de galerias.**



37 a 39- Amostra do acervo em papel resgatado ao longo do trecho impactado. Na primeira imagem vê-se livro resgatado do interior da Capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo. Nota-se que o bem foi, em muito, negativamente impactado. O mesmo estado se verifica no bem registrado na segunda imagem. Na terceira imagem, por fim, mais documentos, cujo suporte é o papel. Todos em péssimo e ruim estado de conservação, dado ao dano visualizado.

Em junho de 2016 foram iniciadas as escavações arqueológicas no interior da capela. Os objetos e peças resgatados estão sendo removidos e acondicionados na reserva técnica de Mariana.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 40 a 45 - Registros fotográficos da área interna do templo religioso. Nota-se a altura que a lama



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

atingiu. Por consequência tem-se os graves danos causados aos elementos integrados e móveis.

A **luz** visível compreende uma pequena parte do espectro eletromagnético, que também engloba a luz infravermelha, ultravioleta, entre outras faixas. De forma simplificada, pode-se dizer que a luz natural (solar) emite raios infravermelhos e ultravioletas. Essas radiações, em específico, causam a fragilização de suportes como o papel, a madeira, e tintas e pigmentos, em geral. Conforme se verificou, objetos que, anteriormente, se encontravam acondicionados em ambientes internos foram expostos a este agente de deterioração, agora em situação de vulnerabilidade acentuada.

Acerca dos agentes **temperatura, umidade e microrganismos**, tem-se as considerações que se seguem. Em sua tese de doutorado Willi de Barros Gonçalves afirma que o risco de infestação biológica é um problema muito comum, principalmente em materiais orgânicos. Os diversos grupos de fungos podem utilizar a celulose, a hemicelulose e a lignina – substâncias presentes nos materiais orgânicos (papel, fibra e madeira) – como fontes de alimento, também atacam materiais orgânicos protéicos. Livros, pinturas, selos, fotografias, papéis em geral são elementos nutritivos aos microrganismos.

Introdutoriamente, pode-se dizer que o metabolismo dos microrganismos gera manchas, esgarçamento ou pulverulência do suporte, rupturas e até perdas, dependendo da intensidade do ataque. Para os autores, Froner e Souza, as degradações podem ser identificadas em três níveis:

1. bolor, provocado por fungos da ordem dos ascomicetos, deuteromicetos e ficomicetos, que atacam a superfície provocando o aparecimento de uma camada ou capa sobre o material orgânico;
2. manchas, provocadas pela pigmentação das hifas (estruturas filamentosas) da colônia ou devido a substâncias pigmentadas expelidas pelas hifas hialinas. As manchas podem ser vistas em gradações que vão desde o verde, até o vermelho, pardo ou cinza, além do amarelo e do negro;
3. podridão (branca, mole e parda), acarretada pelos basidiomicetos que atacam a parede secundária e a lignina presente na madeira. Podem ocorrer linhas enegrecidas que margeiam a área afetada; as hifas penetram na parede secundária das células, tornando a madeira amolecida e causando degeneração em todas as suas características mecânicas<sup>12</sup>.

Também provocam escurecimento, fissuras, e afetam a resistência dos materiais orgânicos, principalmente os executados em madeira.

A atividade dos microrganismos sobre os materiais orgânicos e inorgânicos tem duplo efeito negativo. Por uma parte atacam as substâncias que lhes servem de alimentos e, em consequência, excretam produtos como ácidos orgânicos e pigmentos, que são depositados sobre o suporte, provocando sua deterioração. Ao mesmo tempo, sua presença pode provocar doenças ao humano que estiver em contato com esses materiais contaminados. Estes processos de biodeterioração serão melhor detalhados a seguir.

<sup>12</sup> FRONER, Yacy-Ara; SOUZA, Luiz Antônio Cruz. Controle de pragas. Belo Horizonte: LACICOR – EBA – UFMG, 2008, p. 6-7.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

GRUPOS DE MICRORGANISMOS QUE DANIFICAM OS BENS CULTURAIS			
GRUPO	HABITAT	MATERIAIS QUE ATACAM	ATIVIDADE DETERIORADORA
Bactérias	Ambiente e materiais orgânicos e alguns metais	Papel, materiais fotográficos, pergaminhos, têxteis	Degradação dos componentes dos suportes e manchas pigmentares
Actinomicetes	Solo	Papel e derivados	Degradação do suporte e manchas micelianas
Fungos	Ambiente e todos os materiais orgânicos	Papel, materiais fotográficos, pinturas, esculpturas, têxteis etc.	Degradação e acidificação dos suportes, manchas micelianas e pigmentares, alteração das propriedades mecânicas
Algas	Água e ambientes úmidos	Muros, paredes e rochas	Escorção de substâncias ácidas, alteração mecânica e cromáticas
Líquens	Ambientes úmidos, monumentos e pintações antigas	Pedra e rocha	Produção de ácidos orgânicos e danos mecânicos aos materiais que atacam

Fonte: Vaillant, Valentin, 1996.

TABELA 01. Fonte: Apud: Milagros, Vaillant Callof. **Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para sua erradicação e controle = Biodeterioro del patrimonio histórico documental: alternativas para su erradicación y control.** – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

No caso dos objetos de origem inorgânica, tais como pedras, os microrganismos incidentes são musgos, e microrganismos autotróficos (que produz o seu próprio alimento<sup>13</sup>) que possuem as potencialidades metabólicas específicas para executar determinadas reações em seu processo de colonização.

Gonçalves ensina que **quanto mais higroscópico for o substrato, menor a umidade relativa crítica para o crescimento de mofo**<sup>14</sup>. Ou seja, mais facilitado será o desenvolvimento de microrganismos. **A higroscopicidade dos materiais e, seu conteúdo de água,** é muito importante no que diz respeito ao ataque de microrganismos.

**Os materiais higroscópicos são aqueles que são sensíveis às variações de umidade e têm a capacidade de adsorver e dessorver água sob forma de vapor do meio circundante (pedra, madeira, papel, entre outros).** Na maior parte dos casos o contato com a água pode provocar contrações e dilatações nesses materiais. A adsorção é quando o vapor de água sai do ar e vai para a superfície de algum objeto. A dessorção é quando o vapor de água sai da superfície e passa para o ar. Este fenômeno de entrada e saída de vapor de água é chamado de sorção.

A umidade relativa do ar constitui um dos fatores mais importantes no desenvolvimento dos processos de biodeterioração, uma vez que **todas** as reações metabólicas dos microrganismos requerem um ambiente aquoso. Para que um organismo possa crescer e desenvolver-se, deverá ter água à sua disposição. Os fungos, mais especificamente, requerem valores elevados de umidade para crescer e produzir as enzimas necessárias para “digerir” seus alimentos, bem como para se reproduzir.

<sup>13</sup> Disponível em: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/autotr%C3%B3ficos> Consultado em setembro de 2015.

<sup>14</sup> GONÇALVES, Willi de Barros. Métricas de preservação e simulações computacionais como ferramentas diagnósticas para a conservação preventiva de coleções - Estudo de caso no sítio Patrimônio Mundial de Congonhas – MG, defendida em 2013, p. 366 a 376.



### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Esclareceu-se no estudo de Gonçalves que o mofo ativo precisa de água para sobreviver, mas os esporos são bastante resistentes à ausência de umidade. Sabe-se que a temperatura ótima para crescimento de fungos varia entre 23 e 40 °C e que a umidade relativa crítica para ativação está entre 70 e 80 %, podendo ser mais baixas, em torno de 60 %, pois alguns fungos podem germinar mesmo com essa UR em cerca de 3 anos<sup>15</sup>.

**Conforme se verifica, toda a tipologia de materiais que se encontra submersa na lama de rejeitos, em contato com água, temperatura e umidade inadequadas estão com sua integridade gravemente comprometida.**

Entre as propriedades afetadas estão **danos físico-mecânicos, danos químicos e danos estéticos**. Os danos físico-mecânicos são decorrentes de processos que desencadeiam mudanças nas propriedades físicas e mecânicas dos suportes. Estas são provocadas pela ação dos agentes biológicos que provocam transformações e fragmentações moleculares. Ocasionalmente ocorrem uma perda de coesão do suporte devido à ação mecânica dos organismos (movimento ou crescimento), posto que durante o seu crescimento os fungos provocam uma pressão que é exercida pela sua estrutura como, por exemplo, as hifas fúngicas<sup>16</sup>.

Os danos químicos, por sua vez, são processos que provocam mudanças e transformações nas propriedades químicas dos suportes, devido à atividade dos agentes biológicos: oxidação, desagregação, corrosão das tintas, quando existem, entre outros. A ação química se dá em função das variações de pH que ocorre em razão da excreção de vários tipos de substâncias - produto da atividade metabólica dos microrganismos e também da aplicação de biocidas. As transformações químicas que, geralmente, ocorrem nos materiais resultam da produção de ácidos orgânicos, enzimas e pigmentos. Exemplos destes processos são a degradação enzimática de celulose e proteína. No primeiro caso, os materiais são biodegradados por fungos celulósicos e no segundo caso por bactérias proteolíticas.

Os pigmentos microbianos são também a causa da biodeterioração de materiais. Alguns microrganismos excretam, durante seu crescimento, pigmentos de diferentes cores e tonalidades, que se difundem no suporte e originam manchas, difíceis de sair. A pigmentação está intimamente relacionada com a cor da colônia<sup>17</sup>.

Em artigo sobre a biodeterioração de monumentos, por sua vez, Maria Aparecida de Resende afirma que entre os agentes biológicos que participam da degradação das pedras estão as bactérias **quimilitotróficas e quimiolitotróficas, cianobactérias, algas, líquens e os fungos**. Muitas conforme se pode verificar. E que entre os mecanismos típicos de biocorrosão está a excreção de ácidos inorgânicos, como o ácido nítrico e o ácido sulfúrico<sup>18</sup>. Resende esclarece que microrganismos, tais quais como as algas, líquens, fungos, influenciam os processos de degradação das rochas de duas diferentes maneiras:

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 368.

<sup>16</sup> MILAGROS, Vaillant Callol. Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para sua erradicação e controle = Biodeterioro del patrimonio histórico documental: alternativas para su erradicación y control. – Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013, p. 63.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p.64.

<sup>18</sup> RESENDE, Maria Aparecida de. Biodeterioração de Monumentos Históricos (reprodução). [S.l.: s.n.], p. 335.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

1 – Excreção de ácidos inorgânicos (acidólise) ou orgânicos (complexólise) causa lixiviação, com perda de material ligante da rocha, levando, como consequência, ao enfraquecimento da estrutura cristalina do mineral da rocha. A liberação biogênica de ácidos corrosivos é um dos mecanismos de destruição bioquímica mais conhecidos e estudados.

2 – A excreção de substâncias poliméricas extracelulares que absorvem água foram os chamados biofilmes, que levam, como consequência, a mudanças na porosidade e permeabilidade das rochas. A presença dos biofilmes na camada superficial das rochas, em associação com a liberação de substâncias surfactantes, modifica também a absorção e difusão de água nestes materiais. A absorção de gases também parece aumentar a superfície do biofilme<sup>19</sup>.

Foi dito que entre os processos microbianos mais importantes está a produção de ácidos e a produção de compostos complexos. O processo microbiano de degradação das rochas foi dividido em dois mecanismos: solubilização e insolubilização. O primeiro incluiu os processos de acidólise, alcalinólise, e ainda outros enzimáticos e não enzimáticos. A alcalinólise, mais especificamente refere-se a microrganismos que tomam parte na degradação de compostos nitrogenados. O produto dessas reações (amônia) aumenta o pH e induz a solubilização da sílica. O segundo, insolubilização, diz respeito ao fato de que os microrganismos podem absorver elementos minerais, precipita-los fora de suas células ou incorporá-los em seu interior<sup>20</sup>. Ante o exposto, é possível afirmar que em razão de processos de acidólise e alcalinólise, desenvolvido pelos microrganismos, o material degradado pode ter o seu pH alterado.

**Verificou-se que os bens atingidos pela lama de rejeitos estão sujeitos à colonização de microrganismos e, conseqüentemente, à biodeterioração provocada pelos mesmos. Isso se deve ao fato de que a lama tem servido como um “meio de cultura”, em razão de ser fonte de água e umidade que, associada às oscilações de temperatura (ambiente externo), tem criado condições propícias para o desenvolvimento desses agentes biológicos. A seguir a evidenciação de colônias identificadas em Paracatu de Baixo.**

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 338.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 339.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figuras 46 a 52 - Verifica-se, nas figuras, o crescimento de colônias de microrganismos em Paracatu de Baixo.

**7. TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM GESTEIRA POR PARTE DA SAMARCO MINERAÇÃO S/A EM RAZÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA PRELIMINAR**

A partir dos últimos relatórios encaminhados pela Samarco, tomou-se conhecimento de atividades desenvolvidas, no Distrito de Gesteira, por empresas contratadas.

Depreende-se do “Relatório VII de monitoramento e capacitação patrimonial nas áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão Mariana e Barra Longa - Julho de 2016”<sup>21</sup>, que a capela em Gesteira possui um grande acúmulo de sedimento, alcançando 1,60 metros acima

<sup>21</sup> Consultado em mídia digital, CD-ROM “Compact Disc Read-Only Memory”, que significa “Disco Compacto de Memória Apenas de Leitura”. Para elaboração deste tópico foram consideradas pertinentes informações presentes nas páginas de número 25 e páginas número 108; 118; 119; 120; 122; do Anexo IV – Fichas de monitoramento. A citada mídia encontra-se Juntada aos autos do Inquérito Civil nº MPMG – 0024.15.017332-6, 09º Volume, pág 2623.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

do piso em algumas áreas. Foi dito que entre os 0,15 a 0,75 metros há grande variação a cada ponto escavado. Isso se deve ao fato de que o sedimento se apresenta com maior teor de umidade e maior plasticidade, o que dificulta o avanço das escavações. Ponderou-se, ainda, sobre os riscos presentes nessa ação. Em leitura ao relatório considerou-se oportuno fazer a cronologia de algumas ações consideradas relevantes, para o presente trabalho:

03/06 - Todo perímetro da capela e do isolamento foi percorrido realizando a verificação da estrutura de proteção do patrimônio. No desenvolvimento da atividade não foram identificados materiais de cunho sacro e/ou histórico na área monitorada.

14/06 - Tiveram início às atividades da equipe de resgate, que iria atuar no interior da Igreja. Nesta data a equipe estava trabalhando na abertura de uma trincheira para funcionar como caminho para remoção do excesso de lama que se encontra no local.



Figura 53 - Abertura de trincheira para funcionar como caminho para remoção do excesso de lama que se encontra no local.



Figura 54 - Demolição do murinho de proteção da entrada, a fim de viabilizar o acesso à Capela.

24/06 - Equipe de escavação deu prosseguimento aos trabalhos, tendo se concentrado na retirada do muro que impedia o acesso à porta. Todos os procedimentos foram realizados sob supervisão da equipe de monitoramento e responsável da Samarco.

27/06 - Equipe de escavação encerrou o trabalho de demolição do murinho de proteção da entrada, o que viabilizou acesso à Capela. Entretanto, as escavações não foram iniciadas devido ao não planejamento de como seria feito o trabalho, em razão da situação encontrada. Nesta data a equipe da empresa Hexágono realizou a instalação de um outro portão de acesso, que serviria de saída da trincheira.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**



Figura 55– Equipe no interior da Capela de Nossa Senhora da Conceição.



Figura 56 – Trabalho de escavação no interior da Capela de Nossa Senhora da Conceição.

28/06 - Equipe de resgate deu continuidade aos trabalhos de planejamento da escavação no interior da Capela, foram inicialmente **recolhidas às peças que se encontram em superfície**, todas as atividades foram acompanhadas pela presença dos coordenadores da Arcadis e da equipe de restauro. Na área externa à Capela, os trabalhos concentraram-se no aperfeiçoamento da trincheira.

Assim, tem-se que as atividades de resgate encontram-se em desenvolvimento na parte interna e externa da Capela de Nossa Senhora da Conceição, no Distrito de Gesteira. Foi destacado que o sedimento depositado no interior da capela continua pastoso e dificultando as ações de escavação. Afirmou-se que “Embora não tenha transcorrido um grande tempo efetivamente voltado para a escavação da área interna da capela, observou-se que esta possui grande quantidade de material sacro e/ou histórico disposto em superfície”. A este respeito argumentou que, não obstante, tenha sido possível fazer uma “coleta de superfície”, por razões de segurança, não foi possível efetivar a coleta total deste material. Foram coletadas 18 peças na Capela de Nossa Senhora da Conceição, segundo consta neste relatório.

No "Relatório VIII de Monitoramento e capacitação patrimonial nas áreas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão Mariana e Barra Longa - MG - Agosto 2016"<sup>22</sup> foram apresentados dados das peças resgatadas a partir das atividades de monitoramento, prospecção e resgate, realizadas no Distrito de Gesteira, especialmente na Capela de Nossa Senhora da Conceição. Extraíu-se da tabela apresentada o que se segue:

Nº DO ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	LOCAL DE COLETA
1	1	Peça em madeira, marco da entrada da Capela, medindo 115 cm de comprimento por 13,5	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da

<sup>22</sup> Consultado em mídia digital, CD-ROM “Compact Disc Read-Only Memory”, que significa “Disco Compacto de Memória Apenas de Leitura”. Para elaboração deste tópico foram consideradas pertinentes informações presentes nas páginas de número 32; 62; 64; 65. A citada mídia encontra-se Juntada aos autos do Inquérito Civil nº MPMG – 0024.15.017332-6, 10º Volume, pág 2789.

**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

		cm de largura com coloração na cor azul.	Conceição em superfície.
2	1	Peça em metal, Crucifixo, com 49 cm de comprimento, 14 cm de largura e 12 cm de espessura com banho dourado.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície próxima ao retábulo.
3	1	Peça em madeira, braço de imagem sacra com 14,5 cm de diâmetro da borda, 4,6 cm de diâmetro.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição na quadra Alfa-2, nível 0-20 cm
4	1	Peça em madeira com 10 cm de comprimento por 3,2 de diâmetro, forma cilíndrica com camada pictórica na cor branca.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição na quadra Alfa-2, nível 0-20 cm
5	1	Peça em vidro, recipiente na cor âmbar, com 10,5 cm de diâmetro por 5 cm de altura.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição na quadra Alfa-2, nível 0-20 cm
6	1	Peça em madeira, fragmento ainda não identificado.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição na quadra Alfa-2, nível 0-20 cm
7	1	Peça em madeira, marco da entrada da Capela.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave
8	1	Peça em madeira, balaústre do coro.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave
9	1	Peça em metal, dobradiça.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave
10	1	Peça em plástico, flores	Coletado durante



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

		decorativas.	RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição na quadra Alfa-2, nível 0-20 cm
11	2	Peça em madeira, fragmentos pertencentes ao retábulo.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave
12	1	Peça em madeira, parte inferior do ambão.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave
13	1	Peça em madeira, fragmento ainda não identificado.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave
14	1	Peça em madeira, fragmento com entalhes.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave
15	3	Peça em gesso, fragmentos de imagem.	Coletado durante RESGATE arqueológico na Capela Nossa Senhora da Conceição em superfície na área da Nave

Esclareceu-se que todas as peças passaram por registro fotográfico com escala, bem como foram encaminhadas para a Reserva Técnica em Mariana e passaram pelos procedimentos de curadoria. **Ressalta-se que este compromisso deve ser cumprido com rigor pela Samarco e pelas empresas contratadas.**

Por fim, a partir do "Relatório V de Curadoria das peças resgatadas nas áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana e Barra Longa - MG"<sup>23</sup>, toma-se conhecimento, de forma mais detalhada, das peças coletadas no período de 21 de junho a 19 de julho de 2016. Assim, foi apresentada a atualização do número de peças resgatadas. Tem-se o dobro, portanto, 33 (trinta e três) peças. É apresentada a foto individual de cada uma delas, bem

<sup>23</sup> Consultado em mídia digital, CD-ROM "Compact Disc Read-Only Memory", que significa "Disco Compacto de Memória Apenas de Leitura". Para elaboração deste tópico foram consideradas pertinentes informações presentes nas páginas de número 13; 85-86;100-101. A citada mídia encontra-se Juntada aos autos do Inquérito Civil nº MPMG – 0024.15.017332-6, 10º Volume, pág 2918.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

como dados descritivos. De forma sumária, também foi apresentada uma tabela contendo a indicação destes bens. Segue resumo da tabela:

DATA DE COLETA	LOCAL DE ORIGEM	MATERIAL	QUANTIDADE	DESIGNAÇÃO
28/06	Gesteira	Madeira	1	Balaústre
28/06	Gesteira	Madeira	1	Mão de imagem
28/06	Gesteira	Vidro	1	Vaso decorativo
28/06	Gesteira	Gesso	1	Imagem: Senhor dos Passos
28/06	Gesteira	Madeira	8	Fragments do retábulo
28/06	Gesteira	Papel	1	Publicação religiosa: Missal
29/06	Gesteira	Papel	1	Publicação religiosa: Bíblia
29/06	Gesteira	Tecido	1	Conopéu
29/06	Gesteira	Papel	1	Publicação religiosa: Liturgia diária
29/06	Gesteira	Madeira	1	Parte superior do sacrário
29/06	Gesteira	Tecido	4	TNT
29/06	Gesteira	Madeira	1	Quadro sagrada face
29/06	Gesteira	Madeira	1	Quadro Bento XVI
29/06	Gesteira	Madeira	1	Terço
29/06	Gesteira	Papel	1	Publicação religiosa: Lecionário
30/06	Gesteira	Vidro	1	Vaso decorativo
30/06	Gesteira	Tecido	1	Barrado
30/06	Gesteira	Louça	1	Vaso decorativo
04/07	Gesteira	Madeira	1	Marco da entrada
05/07	Gesteira	Metal	1	Crucifixo
05/07	Gesteira	Madeira	1	Braço de imagem
05/07	Gesteira	Madeira	1	Fragmento de madeira
05/07	Gesteira	Vidro	1	Recipiente na cor âmbar

### 7. FUNDAMENTAÇÃO:

Nos últimos anos, as políticas e práticas desenvolvidas na área de preservação vêm adquirindo nova abrangência. O enfoque dado anteriormente apenas aos monumentos considerados de excepcional valor histórico, arquitetônico ou artístico amplia-se ao adotar o conceito de “patrimônio cultural” estendendo-se à memória social da coletividade.

Sendo assim, patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, materiais ou imateriais, que, pelo seu valor próprio, devam ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo. O patrimônio é a nossa herança do passado que passaremos às gerações vindouras.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a proteção e a preservação dos bens culturais é de responsabilidade do Poder Público, com colaboração da comunidade:



## Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Art. 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaço destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação [...].

No que tange à caracterização de patrimônio cultural imaterial, o disposto na Constituição de 1988, artigo 216, foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro dos bens de natureza imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; (grifo nosso)

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

Este setor técnico considerou relevante aprofundar as discussões referentes ao patrimônio cultural material e imaterial, tanto em função de uma necessidade de conceituação e esclarecimento, tanto por entender que estas instâncias estão intrinsecamente relacionadas.

No caso dos chamados bens culturais de natureza imaterial, cujo caráter é dinâmico, sua manifestação à percepção de nossos sentidos é inseparável da ação humana, e sua continuidade **depende da existência, e da atuação reiterada, no tempo e no espaço, de sujeitos desejosos e capazes de produzir e/ou reproduzir esse patrimônio.**

Nota-se que o patrimônio cultural imaterial relaciona-se com toda a produção cultural de um povo. Segundo o entendimento obtido na Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO (2003), caracteriza-se como as práticas, as representações, expressões, conhecimentos e técnicas, **juntamente com seus instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes estão associados.** Este patrimônio é passado de geração em geração, sendo continuamente

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

recriado em virtude da interação com o ambiente, com o grupo, em virtude do passar do tempo. Consta-se que no entendimento da UNESCO, assim como ocorre na legislação brasileira, **as dimensões material e imaterial do patrimônio estão relacionadas.**

Ainda no que se refere a esta matéria depreende-se de artigo, escrito pelo Promotor de Justiça, Fernando A. N. Galvão da Rocha, intitulado “Atuação do Ministério Público na Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial”, o seguinte trecho:

**Os bens culturais imateriais podem estar amparados em suportes físicos.** Uma música pode estar na memória das pessoas ou escrita em uma partitura, o conhecimento tradicional pode ser objeto de transmissão oral ou estar escrito em papel, a dança se materializa no corpo físico do artista. **O que caracteriza o bem imaterial é a relevância que possui a manifestação do espírito humano em relação ao suporte físico que lhe dê consistência<sup>24</sup>.**

**Deve-se insistir na recorrente associação entre o patrimônio imaterial e o seu suporte físico. Dessa forma, pode-se afirmar que todo o patrimônio material existente no Distrito de Gesteira estava carregado de valores e sentidos. Assim, também podem ser caracterizados como patrimônio imaterial da localidade. Este patrimônio estava/está disposto em um espaço territorial, espaço este de múltiplas vivências. O usufruto dos bens ali existentes, o reconhecimento das Fazendas na paisagem, o convívio dos moradores naquele intervalo de terras, definido como área rural, são de grande significância. A correlação do espaço a partir de vivências que ali se desenvolviam, quer seja a partir de uma fruição da paisagem, no percorrer dos belíssimos caminhos ali estabelecidos, no interior das propriedades rurais, na convivência entre famílias, “isoladas” de um contexto urbano, são fortes elementos de vínculo entre os habitantes e o território de Gesteira.**

Neste mesmo sentido, considerou-se relevante abordar o entendimento presente no Parecer para o Registro da Feira de Caruru<sup>25</sup>. Neste documento a Diretora do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN – naquela época, Márcia Sant’Ana, afirmou que a criação da categoria de *Lugar* se deve à observação de que existem sítios naturais e espaços urbanos “[...] que independentemente de possuírem valor arquitetônico, urbanístico, estético ou paisagístico constituem ‘pontos focais’ da vida de um grupo ou localidade, **dando suporte ou abrigando práticas sociais e atividades coletivas que são importantes para os contextos locais ou territoriais em que se localizam**”. E continua: “[...] **esses espaços adquirem um sentido cultural especial para os que os vivenciam ou utilizam, tornando-se diferenciados dos demais. Tornam-se [...] ‘lugares’ e suportes fundamentais para a continuidade das práticas e atividades que abrigam**”.

A relação do homem com o espaço que ocupa não só cria uma paisagem peculiar e específica, tendo em vista que ela é resultado de interesses e anseios que podem ser divergentes

<sup>24</sup> ROCHA, Fernando A. N. Galvão da. Atuação do Ministério Público na Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial. Grupo de Trabalho Setorial – meio ambiente. XVI Congresso do Ministério Público. 2010. P. 956. (grifo nosso).

<sup>25</sup> Parecer nº 005/06 – DPI. Referência: Processo nº 01450.002945/2006-24 – Registro da Feira de Caruaru/PE. Brasília, 30 de outubro de 2006. Disponível em: [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) acesso em 18 de setembro de 2013.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

ou convergentes que se somam ou se transformam ao longo do tempo, como também acaba por criar uma esfera afetiva que supera a esfera puramente visual - diretamente relacionada à paisagem. Corrobora essa idéia trecho extraído de relevante artigo escrito por Márcio Rodrigo Coelho de Carvalho. Lê-se:

A idéia de paisagem cultural está associada ao modo de vida dos indivíduos que ali constroem constantemente valores nos marcos e nos recortes ou porções que a constituem. Dentre a presença humana que culturalmente qualifica a paisagem, está a afetividade, elemento estruturador dos sentimentos, percepções, atitudes e práticas cotidianas entre no espaço físico que experiência dia-a-dia.

De acordo com o arquiteto Leonardo Castriota<sup>26</sup> os valores de patrimônio são ampliados no final do século XX, com a introdução de novos agentes no campo do patrimônio e com a ênfase aos **aspectos intangíveis** dos bens culturais, conforme se argumentou. Nesta medida, os aspectos intangíveis são cada vez mais necessários para explicitar a operação de atribuição de valores. Em cada escolha de um bem, deve-se explicitar que o atributo principal do bem não está só em sua matéria, mas numa rede intangível de significados.

**Assim, a relevância do território de Gesteira se estabelece não só em função do seu caráter material, mas também simbólico, imaterial. Ante o exposto, pode-se concluir que o Distrito, com os bens que o compõe - íntegros ou em ruínas, reminiscências de uma estrutura outrora existente, testemunho do fato ocorrido e elo de ligação entre o que foi Gesteira e o que ainda significa. Portanto, possui valor cultural<sup>27</sup>.**

Atribuir valor cultural implica fazer uma reflexão sobre o significado dos bens culturais. A existência de "bens culturais" materiais e imateriais, está vinculada à leitura que o ser humano faz do mundo. Isso significa que ao interpretar e modificar o espaço ao seu redor o homem acaba por criar manifestações e objetos nos quais estão expressos valores. Essas criações resultam de um determinado modo de vida, cultura.

Os bens culturais não possuem em sua origem valores específicos que lhes dão um sentido ou significado. O valor de um bem é atribuído por aqueles que dele usufruem, fisicamente ou em contemplação, por isso fala-se em valor cultural. Este valor é criado, estabelecido, moldado, apropriado, constantemente resignificado pelo tempo e pelo valor dado pela sociedade de uma forma geral. Esses valores diversos e acumuláveis são atribuídos, posteriormente, de acordo com os desejos e as necessidades humanas podendo ser gerais ou específicos.

Os bens tornam-se referência cultural quando possibilitam ou viabilizam a compreensão da sociedade na qual estão inseridos. O reconhecimento de um bem como parte integrante da cultura de um povo é elemento formador da noção de cidadania, da consciência coletiva, e da

<sup>26</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 11-15.

<sup>27</sup> “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e Fundações e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

idéia de pertencimento a uma comunidade. Deve-se buscar a manutenção das tradições culturais, evidenciadas em bens materiais ou imateriais, para que elas sejam transmitidas para as próximas gerações.

A palavra “tradita” significa permanências do passado que existem no presente. São considerados tradicionais aqueles aspectos do comportamento, dos costumes, do ritual ou do uso de artefatos que foram herdados das gerações anteriores. Em virtude destas definições, seria possível considerar, a princípio, que a tradição teria um aspecto conservador – o presente repetiria o passado, por intermédio do que herdou. Nesta perspectiva, a tradição seria compreendida como um segmento inerte da estrutura social, sendo entendida como uma dimensão cristalizada da cultura. No entanto, a ligação que a tradição estabelece entre o passado e o presente é mais complexa. Estudos antropológicos partem do entendimento que todos os sistemas culturais, até os mais tradicionais, estão em processo de modificação. Dessa forma, não haveria uma cultura/tradição estática. O próprio processo de transmissão compreenderia possibilidades de transformação, na qual a tradição pode apresentar variações trazidas pelo tempo<sup>28</sup>.

**Verificou-se que estas questões estão presentes neste caso, em específico.**

**O Distrito de Gesteira acumula valores, atributos e significados que justificam a sua proteção e preservação.**

### 8. CONCLUSÕES:

**Por todo o exposto, pode-se concluir que o Distrito de Gesteira, com os bens que o compõe - íntegros ou em ruínas, reminiscências de uma estrutura outrora existente, Testemunho do fato ocorrido e elo de ligação entre o que foi Gesteira e o que ainda significa, possui evidente e incontestável valor cultural<sup>29</sup>, tanto em função do seu caráter material, mas também simbólico, imaterial.**

A finalidade da proteção do sítio é a conservação da integridade dos bens acerca dos quais haja um interesse pela preservação em razão das suas características especiais. Destacou-se, principalmente, os seguintes valores:

<sup>28</sup> CASTRIOTA, *op.cit.*, p. 22-38.

<sup>29</sup> “O valor cultural não é intrínseco, mas criado, instituído historicamente, no seio da interação social e, por isso, nem é imutável, nem homogêneo. Mais ainda: o conflito é seu berço e trajetória naturais, pois não está desvinculado de interesses de indivíduos, grupos e Fundações e assim, por sua natureza política, precisa ser declarado, proposto, legitimado, tornado aceitável ou desejável”. BEZERRA DE MENESES. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros.

### Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Valor urbanístico característico dos assentamentos de núcleos que surgiram devido à extração do ouro;
- Valor histórico e de antiguidade, por se tratar de um assentamento cuja povoação se iniciou no século XVIII. O Distrito de Gesteira encontra-se inserido na denominada área rural do município. Consoante se verificou, a povoação de São José da Barra, atual cidade de Barra Longa, não se iniciou no local onde atualmente se encontra a sede, mas na área não urbanizada. Para além, cabe afirmar que uma grande porcentagem da população se encontra na área rural, perímetro de grande significância cultural para o município. Isso se deve tanto ao fato de que a origem do município ocorreu nessa área, quanto à presença de inúmeras fazendas e bens culturais naturais, tais como rios, cachoeiras e vestígios arqueológicos;
- Valor arqueológico, composto por estruturas e de vários testemunhos do ciclo do ouro;
- Valor ambiental e paisagístico, pela sua localização e características. Trata-se de uma região que agrupa vestígios remanescentes da extração do ouro, morfologia urbana inserida em um contexto de grande beleza cênica, que os valoriza. A paisagem natural e a construída são indissociáveis, existe uma relação entre a ‘substância vegetal’ e as construções, havendo a composição de uma paisagem cultural integrada<sup>30</sup>. A paisagem natural e/ou urbana de Bento Rodrigues, como um contexto específico em si, é onde incide a percepção de determinado grupo de pessoas, mais especificamente daqueles que nele residiam, acerca de suas relações interpessoais e jeitos de ser/estar no mundo. Os lugares são espaços com um agregado valor simbólico. Neste sentido, os lugares e seus marcos referenciais são carregados de sentimentos de pertencimento;
- Valor cognitivo, que são associados à possibilidade de conhecimento. A manutenção do Distrito, seu traçado e suas edificações, mesmo as afetadas pelo rompimento da barragem, possibilita que se conheça acerca dos fatos que envolvem o surgimento, a implantação e a evolução dos antigos núcleos urbanos, a forma de viver e morar dos antigos habitantes. Para além, a preservação do território de Gesteira, com a evidenciação de estruturas mais significativas remanescentes, permite que se registre o desastre ambiental como o testemunho de um fato intrinsecamente relacionado à história e ao atual aspecto atual desta localidade;

<sup>30</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. (coord) *1º Colóquio Ibero-Americano Paisagem cultural, patrimônio e projeto: Desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável ; Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, 2010. Páginas consultadas: 18-20. No ano de 2010 realizou-se o 1º Colóquio Ibero-Americano sobre paisagem cultural e patrimônio. Naquela ocasião foram organizadas conferências, estudos de caso e comunicações acerca do tema. O resumo de cada um dos artigos apresentados nas comunicações podem ser consultados em livro publicado por ocasião do evento. Nesta publicação encontram-se importantes artigos, entre eles o de Inês El-Jaick Andrade, posto que em seu estudo sobre paisagem no ambiente urbano, aborda o conceito: ‘paisagem cultural’.



### **Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

- Valor evocativo, que se relaciona com a capacidade que os bens têm de permanecer na memória da comunidade ao qual pertence. O não desaparecimento, por completo do Distrito, viabiliza um vínculo entre o imaterial que ainda persiste e resiste. Essa evidenciação/localização, do que foi afetado pela lama de rejeitos, fortalece os vínculos ainda existentes dos moradores com sua localidade. O suporte material reforça a relação com a imaterialidade das práticas e vivências que ali existiam. Havia uma vida social dinâmica naquela comunidade. O que o Distrito foi e o que ainda representa permeia o imaginário e a memória afetiva dessas pessoas e daquelas que lá frequentavam. Trata-se de um território cujas experiências vivenciadas fazem parte de uma memória que é individual, mas também coletiva em razão de o espaço experienciado ser o mesmo;
- Valor afetivo, pois se constitui referencial simbólico para o espaço e memória da cidade, conforme se argumentou.

#### **Por todo o exposto, deve-se:**

- Elaborar o registro documental da situação atual.
- Retirar de forma emergencial toda lama de rejeitos de mineração da área atingida e destinação da mesma em local adequado.
- Refazer toda a infraestrutura que foi danificada: arruamento, redes de água, luz, esgoto e telefonia, espaços públicos de uso comum como praças, campos e locais tradicionais de encontro da população.
- Desassorear o leito do rio, limpar e plantar vegetação nativa nas margens e demais áreas atingidas.
- Elaboração e execução de projeto completo de restauro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, incluindo projetos arquitetônico, complementares (estrutural, instalações elétricas, luminotécnico, hidro-sanitário, drenagem, prevenção e combate a incêndio e pânico - PPCIP, de sistema de proteção contra descargas atmosféricas - SPDA, projeto de segurança), elementos artísticos (bens móveis e integrados). O sistema de segurança deverá conter detectores de presença, alarme e circuito fechado de televisão (CFTV). Também deverá ser elaborado e executado o projeto de requalificação do entorno e de restauro / construção / reconstrução da Casa Paroquial.
- Elaborar e executar projeto de recuperação das Fazendas protegidas que foram impactadas: Congo, Nossa Senhora da Conceição e Corvinas, incluindo as edificações, estruturas, a vegetação e paisagem que foram comprometidas pelos rejeitos da barragem da mineração, prevendo, especialmente, o desassoreamento do leito dos rios, limpeza e plantio de vegetação nativa. Recomenda-se também a realização de registro, inventário arqueológico e pesquisa de subsuperfície para estimar a extensão do dano da corrente de rejeitos sobre os estratos arqueológicos superficiais e subsuperficiais, além de outras feições e estruturas.
- Recomenda-se a formatação e criação de um circuito turístico das Fazendas existentes na região, muitas delas com valor cultural já reconhecido pelo município de Barra Longa.



**Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico**

No que se refere aos bens móveis, deve-se:

- Evitar contato direto dos bens culturais de Gesteira, incluindo os de natureza pétreo, com água ou fontes de umidade, no caso a lama de rejeitos;
- Eliminar, **mediante retirada da lama**, os atuais fatores que contribuem para deterioração dos bens que ainda estão em contato com esse rejeito e garantir aos objetos móveis resgatados que fiquem em condições adequadas de acondicionamento;
- Elaborar um plano de saneamento e limpeza para a recuperação dos bens atingidos, para que sua situação de vulnerabilidade não se agrave ainda mais;
- Restaurar os bens culturais atingidos.

No que diz respeito aos demais bens atingidos, **sugere-se:**

- Recolher os pertences pessoais das vítimas e os depositar em local apropriado e acessível, de forma que se viabilize a identificação destes. Assim, no caso de reconhecimento da propriedade, poderá ser restituída sua posse.

**O patrimônio histórico-cultural caracteriza-se por ser um recurso não renovável e extremamente frágil. No caso do Distrito de Gesteira, se o espaço em que se conformava (sua delimitação e pontos de referência) deixar de existir – por completo, sem nenhuma evidência do que foi – não se poderá compreender ou vislumbrar os tipos de vivências ali estabelecidas.**

Belo Horizonte, 22 de setembro de 2016.

Andrea Lanna Mendes Novais  
Analista do Ministério Público – MAMP 3951  
Arquiteta urbanista – CAU A 27713-4

Paula Carolina Miranda Novais  
Analista do Ministério Público – MAMP 4937  
Historiadora